



Editorial

Leo Name

¡DALE!, PPGLC / UNILA, PPG-IELA / UNILA

Tereza Spyer

¡DALE!, PPG-ICAL / UNILA

Gabriel Rodrigues da Cunha

¡DALE!, MALOCA, CAU UNILA



Foto: Fran Rebelatto. Foz do Iguaçu, Brasil



A *Revista Epistemologias do Sul: Pensamento Social e Político em/para/desde América Latina, Caribe, África e Ásia* é um periódico semestral vinculado à Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). Criado em 2017, ele tem como objetivo divulgar estudos sobre ou desde o pensamento social e político latino-americano, caribenho, africano e asiático, com ênfase nos estudos decoloniais, subalternos e pós-coloniais – em toda a sua diversidade e variedade teórica e metodológica. Já existem três edições: uma de 2017 (v. 1, n. 1) e duas de 2018 (v. 2, n. 1 e v. 2, n. 2).

A publicação a qual a leitora ou o leitor está diante é a primeira de duas partes do “Dossiê Giro Decolonial”, que decorre dos labores desenvolvidos pelo grupo de pesquisa Decolonizar a América Latina e seus Espaços (¡DALE!) inicialmente voltados para a retomada da revista *Redobra* – uma publicação vinculada aos grupos de pesquisa Laboratório Urbano e Laboratório Co-Adaptativo (Labzat), ambos da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Ocorre que, em 2019, esses três grupos de pesquisa uniram-se na organização do minicurso *Insurgências decoloniais: geopolítica do conhecimento para outros mundos possíveis*, com 30 horas e ministrado por pesquisadores do ¡DALE! na UFBA, em maio de 2019; e, depois, na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em agosto de 2019; e, finalmente, na UNILA, em agosto e setembro do mesmo ano. No contexto de um estágio pós-doutoral de um de nós, o minicurso motivou um número da referida revista da UFBA dedicado ao tema da decolonialidade. Organizada por nós três, pesquisadora e pesquisadores do ¡DALE!, essa edição da *Redobra* (n. 15, Ano 6, 2020) contou com quantidade tão expressiva de material que ultrapassou os limites da publicação. Sendo assim, a *Revista Epistemologias do Sul* gentil e prontamente acolheu o material que não pôde ser publicado naquela revista da UFBA; além disso, também produzimos material novo para essa publicação da UNILA. Tal esforço gerou um dossiê dividido em dois números: “Parte 1: Artes visuais, arquiteturas e alteridades” (v. 3, n. 1, 2019) e “Parte 2: Gênero, raça, classe e geopolítica do conhecimento” (v. 3, n. 2, 2019). Nesse sentido, frisamos que muito embora carreguem o ano de 2019, trata-se de edições retroativas, produzidas e publicadas em 2020.

É importante destacar que o ¡DALE!, que ora organiza este dossiê em duas partes – com o apoio de programas de pós-graduação da UNILA: Integração Contemporânea da América Latina (PPGICAL), Interdisciplinar em Estudos Latino-Americanos (PPGIELA) e Literatura Comparada (PPGLC) –, desde 2016 está cadastrado no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Dedicamos-nos a pesquisas em torno da decolonização de corpos, imagens, narrativas, paisagens e cartografias da América Latina e do Caribe, aos movimentos de luta por direitos humanos e dos territórios latino-americanos, tendo em vista conceitos e noções do giro decolonial, tais quais as colonialidades do poder, do ser e do saber, por exemplo. Assim, os dois números do “Dossiê Giro Decolonial” visam a apresentar às leitoras e aos leitores da *Revista Epistemologias do Sul* um itinerário de reflexões de autores e autoras que, mediante a abordagem decolonial, contribuem para o entendimento dos lastros históricos que nos levaram ao quadro atual da América Latina e do Caribe – e, também, do mundo. Tais intelectuais não encontram no decolonial uma perspectiva teórica circunscrita e isolada no circuito acadêmico,



mas sim uma práxis plena, cuja existência é pautada pela oposição e interpelação aos modos monolíticos e violentos que buscam ordenar a vida, limitando-a às possibilidades que emanam de uma única matriz de poder. É uma tarefa decolonial, portanto, contribuir para o desenho de outros modos de fazer, pensar, criar e sentir.

Há que se destacar, também, que esses dois números do “Dossiê Giro Decolonial” foram preparados num momento difícil e complexo, que soma à ascensão de governos de direita e ultradireita na América Latina e no Caribe (e sua submissão vergonhosa ao ideário ultraliberal, com pitadas de obscurantismo, terraplanismo, anticientificismo, sexismo, racismo e misoginia sem pudores) o surgimento de uma nova pandemia, a da Covid-19, que é causada por um novo coronavírus. Escancaram-se antigas relações de dependência e dominação e torna-se ainda mais oportuno o contato com os aportes teóricos do giro decolonial: afinal, são as populações racializadas as que têm sofrido de forma mais severa os impactos da pandemia de Covid-19, tanto no norte quanto no sul globais; e o racismo estrutural latino-americano e caribenho, em especial nas suas vertentes institucional e ambiental, tem aumentado as desigualdades já gritantes da nossa região.

Sendo a raça uma categoria-chave para o giro decolonial, os dois números da *Revista Epistemologias do Sul* dedicados a sua epistemologia também nos permitem pensar sobre como as populações racializadas pelas múltiplas colonialidades (negras e negros, indígenas, migrantes e imigrantes, idosas e idosos e as juventudes, entre outras), tão precarizadas e periféricas, tornaram-se as principais vítimas do coronavírus. A despeito disso, ironicamente, a pandemia atingiu em cheio a ordem mundial estabelecida desde o Consenso de Washington e o enquadramento que este estabeleceu para governos de qualquer posição do espectro político de confiar à iniciativa privada e ao mercado a gestão dos serviços sociais. Pois o avanço dos casos de Covid-19 em todo o mundo revela a incapacidade desta lógica de responder à altura desta crise de saúde pública e de proporções globais. Sacudido pela pandemia, o horizonte político reabre-se, portanto, à possibilidade de revisão do papel do Estado como provedor de direitos, contrariando a agenda da ideologia ultraliberal. Além disso, a pandemia pode possibilitar um novo impulso ao reconhecimento social da produção científica do conhecimento, reequilibrando o obscurantismo e o anticientificismo reinantes.

“Artes visuais, arquiteturas e alteridades” é o tema da primeira parte do “Dossiê Giro Decolonial”, abrigado no presente número da *Revista Epistemologias do Sul*. Acreditamos que as imagens, as visualidades, as espacialidades e as territorialidades subalternizadas têm sido um problema pouco estudado no giro decolonial. Este número tem como resultado um conjunto de entrevistas, artigos e ensaios obtidos junto a importantes nomes do universo acadêmico do giro decolonial, oriundas e oriundos das universidades *nossoamericanas* (para utilizar um termo mais ligado à concepção de José Martí, por ser mais abrangente e demarcar outros grupos não enquadrados na latinidade). Também contém resenhas de obras que se não são declaradamente decoloniais, versam sobre a questão das alteridades que são centrais nessa abordagem.

Na seção “**Entrevistas**”, Alex Schlenker, que é professor da Universidade Andina Simón Bolívar (UASB), em Quito, no Equador, trava um diálogo com Maicon Rodrigo Rugeri, Marcela Lindarte, María Camila Ortiz e Oswaldo Freitez Carrillo. Na entrevista, que tem como título “**Descolonizar a arte para retomá-la como expressão da vida**” e foi traduzida por Livia Santos de Souza, professora da UNILA, Schlenker compartilha informações relevantes de sua trajetória pessoal e acadêmica, em especial o deslocamento do norte para o sul global, bem como de sua inserção no giro decolonial. Ao tratar da geopolítica da arte visual, ele propõe desenhos



para a (re)existência de outras gramáticas visuais na América Latina. A partir do conceito de “olhar colonial” – e da necessidade de se transcendê-lo –, ele sugere descolonizar as artes visuais e a práxis de artistas, problematizando linguagens tais como a fotografia, a performance e o cinema, além da instituição do museu. Schlenker recomenda pensar a arte a partir de uma perspectiva-outra, tarefa que exige retomá-la como expressão da vida, de modo a transformar radicalmente sua lógica de produção, circulação e recepção.

Abrindo a seção “**Artigos**”, tem-se o texto “**A colonialidade do ver: rumo a um diálogo visual interepistêmico**”, de Joaquín Barriendos, que é professor da Universidade Nacional Autónoma do México (UNAM). Traduzido por Ariane Fagundes Braga e Leo Name, pesquisadores do ¡DALE!, o artigo denuncia a potente maquinaria visual estabelecida desde fins do século XV, a partir da colonização europeia das Américas: destinada não somente a negar moral, política e ontologicamente a humanidade indígena, mas também a promover a inferiorização corpo-política e a radicalizar a racialização etnocartográfica. A tradução deste texto para o português, tarefa há muito pendente, cumpre o importante papel de difundir uma reflexão que estabelece o fio da meada entre a visualidade deste período e a que permanece nos dias de hoje. Sua leitura, mais do que necessária, revela que as epistemologias lumínicas que criaram “imagens-arquivo” sobre o selvagem e o canibal, surgidas no contexto das batalhas comerciais transatlânticas do século XVI, resistiram ao declínio do poder *encomendadero*, ao colonialismo interno, às reformas borbônicas realizadas pelas intendências, à insurreição *criolla*, aos nacionalismos de Estado, às teorias da dependência e ao capitalismo do exótico pós-colonial. A ideia de uma monstruosidade canibal persiste, portanto, em outras racializações contemporâneas, sempre contextuais, direcionadas aos habitantes da América Latina e do Caribe.

Christian León, professor da Sede no Equador da UASB, no artigo “**Imagem, mídias, telecolonialidade: para uma crítica decolonial dos estudos visuais**”, traduzido por María Camila Ortíz, graduanda em Cinema e Audiovisual na UNILA e pesquisadora do ¡DALE!, complementa Barriendos afirmando que as culturas dominadas seriam impedidas de objetivar autonomamente suas próprias imagens, símbolos e experiências subjetivas – isto é, tendo em conta seus próprios padrões de expressão visual e plástica. Nos estudos visuais latino-americanos, segundo o autor, a preocupação com o sujeito subalterno foi centralizada na análise da voz e do testemunho dos grupos dominados – raras vezes na sua produção visual. Nesse sentido, a complexidade do processo de colonização não só violenta e radicalmente reorganizou as línguas e o conhecimento, mas também produziu uma rearticulação diversificada de visualidades e múltiplas representações. A constituição do sistema-mundo moderno/colonial estrutura um poderoso universo de categorias que transformam a diferença em hierarquia – inclusive por meio da visualidade. Diante disso, seu texto aponta a necessidade urgente de pensar tecnologias-outras da imagem que possam dar vazão às diversas expressões simbólicas da América Latina que foram marginalizadas e silenciadas pela modernidade visual.

Alex Schlenker, no artigo “**Rumo a uma memória decolonial: breves apontamentos para indagar sobre o acontecimento por trás do acontecimento fotográfico**”, traduzido por Larissa Fostinone Locoselli, professora da UNILA, debruça-se sobre o papel que os retratos têm tido ao longo da história da fotografia. Schlenker examina a gramática visual que condiciona um determinado olhar e que constrói uma colonialidade visual profundamente violenta. Mais uma vez com base no conceito de “olhar colonial”, também abordado em sua entrevista, o autor explica que as fotografias operam em diferentes contextos: se de fato fixam um instante no qual foram registradas, também adquirem outros significados ao longo do tempo, tornando-se partícipes das batalhas pelas memórias. Ao analisar fotografias da segunda metade do século XIX e da primeira metade do século XX, Schlenker nos mostra que elas têm representado e le-



gitimado um padrão de poder colonial que “através de suas estruturas de dominação têm elaborado rígidas hierarquias sociais e raciais que circunscrevem índios, afros, mulheres e classes populares” em “zonas de não ser”. Ademais, nos permite acompanhar a trajetória e a obra de um fotógrafo contra-hegemônico, o equatoriano Miguel Ángel Rosales, ainda que imersas nas estruturas de poder pautadas pela colonialidade.

Mudando nossa mirada do campo teórico-analítico da colonialidade visual e de seu percurso histórico à estrutura cinematográfica em si, **“Distopias à brasileira: ‘Bacurau’ e ‘Divino Amor’**”, de Tereza Spyer, professora do PPGICAL/UNILA e vice-líder do ¡DALE!, propõe-nos uma interpretação de dois filmes brasileiros recentíssimos, ambientados em Pernambuco: *Bacurau* e *Divino Amor*. Spyer afirma que estas obras, sem negar as influências dos clássicos de Hollywood, possuem um *ethos* brasileiro, próprio e essencialmente nordestino, e apresentam alegorias do Brasil em crise. Tais filmes, segundo ela, estão inseridos precisamente no contexto de transição entre o período de incentivo ao cinema nacional e a atual tentativa de desmonte da indústria do audiovisual, marcando a passagem da utopia à distopia. O êxito de ambas as produções audiovisuais não se resume às premiações que obtiveram, mas também a sua condição de cinema de resistência que revela e denuncia a expressão contemporânea da colonialidade em suas diversas dimensões – incluindo é claro, a visual. As duas obras provocam, diz-nos Spyer, a relação do público espectador com o que está sendo retratado na tela, forçando a revisão de seu olhar, de sua posição. Não podemos deixar de abordar a resiliência que se verifica nestas produções audiovisuais exitosas, sugerindo o quanto o atual momento histórico nos demanda precisamente isso: a resiliência para enfrentar não um filme distópico, mas uma realidade distópica. A presença de citações do atual presidente do Brasil em forma de epígrafes ao longo do texto e, mais ainda, o teor delas, escancaram uma realidade social e política inverossímil, quase fictícia, como que saída de uma esquete de um canal de humor no YouTube. E que poderia compor, sem dificuldades, algumas das cenas dos filmes selecionados, especialmente *Bacurau*. Num certo sentido, tais obras invertem os termos propostos por Schlenker em sua entrevista, pois são filmes cujas representações são opostas ao que ele sugere acerca da decolonialidade: isto é, *Bacurau* e *Divino Amor* não têm a finalidade de defender e celebrar a vida, mas apontar uma visão distópica. De alguma maneira, a diferença de procedimentos mostra como ambos são validados como denúncia da colonialidade.

Inaugurando o tema das arquiteturas, tem-se **“O quarto de empregada e a morte de Miguel”**. João Soares Pena, Doutor em Arquitetura e Urbanismo pelo PPG-AU/FAUFBA, pesquisador do Laboratório Urbano e urbanista do Ministério Público do Estado da Bahia (MPBA), parte da trágica morte do menino Miguel Souza. Ele caiu do nono andar de um edifício de luxo após ter sido deixado sozinho num elevador por Sari Corte Real, que está respondendo criminalmente a essa negligência. Miguel era filho e Sari era a patroa de Mirtes Souza, empregada doméstica que foi obrigada a continuar trabalhando durante a pandemia de Covid-19 – ela e o filho, inclusive, ao que tudo indica foram contaminados pelos patrões, Sari e Sergio Hacker, que já haviam confirmado sua infecção. O artigo versa sobre o papel que desempenham os quartos de empregada nas casas das elites brancas com ranço escravagista. Tendo em conta que o trabalho doméstico no Brasil é essencialmente exercido por mulheres negras, muitas delas tendo sido obrigadas a manter-se trabalhando, como Mirtes, enquanto seus patrões fazem a quarentena, Pena nos explica que os quartos de empregada, bem como os elevadores de serviço, demarcam os espaços de segregação que pautam as relações de poder nos espaços domésticos – claras marcas da colonialidade arquitetônica. “Se a (re)produção do espaço urbano é marcada pelo racismo” – ele nos diz –, “a produção de arquitetura residencial das classes média e alta não é diferente”. Problematizando a produção da arquitetura e a manutenção do racismo e da



segregação no Brasil, o autor faz importantes questionamentos: “Que lugar é destinado às trabalhadoras domésticas na arquitetura das casas daqueles que as contratam? Como o racismo estrutura as relações entre patrões e empregadas? Como o racismo estrutura as cidades onde vivem patrões e empregadas domésticas?”. Segundo Pena, parte da resposta a essas indagações reside no fato de que o ensino nas escolas de arquitetura e urbanismo, no Brasil, segue ainda pautado por perspectivas elitistas e racistas, o que gera um padrão que “perpetua lugares de subalternidade nos projetos de arquitetura e materializa relações de hierarquia e poder que deveriam ter sido superadas há muito tempo”.

No artigo seguinte, “**Notas inconclusivas sobre raça, arquitetura e a colonialidade do patrimônio material e imaterial**”, Leo Name, líder do iDALE! e professor do PPGLC/UNILA e do PPGIELA/UNILA e Mabel Zambuzzi, mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFBA, compartilham reflexões sobre hierarquias étnico-raciais na proteção dos bens materiais e imateriais no Brasil. Acompanhando a interseção atual entre patrimônio material edificado e patrimônio imaterial em Salvador, Bahia, a partir dos exemplos do tombamento do conjunto colonial do Solar do Unhão e do Registro do Ofício das Baianas de Acarajé, o autor e a autora denunciam a hegemonia da branquidade no ordenamento patrimonial brasileiro, nas suas instituições e no inventário de bens e práticas culturais que devem ser preservados segundo este ordenamento. Assim, no caso específico do Brasil, a análise proposta permite refletir sobre o lugar que é dado à brancura e quais os lugares são dados ao negro e ao indígena nos patrimônios material e imaterial e, conseqüentemente, na cultura nacional. Name e Zambuzzi fazem-nos suspeitar que imaterialidade e materialidade operam hierarquias que manifestam a colonialidade, ou seja, a práxis que procura manter preservado, utilizando o instrumento do tombamento, a arquitetura material que remete ao passado colonial, com base numa perspectiva eurocêntrica, inexoravelmente marcada pela raça; e que, quando raramente valora o que é de matriz indígena ou africana, quase sempre o faz pelo registro de algo compreendido como imaterial, o que resulta em uma fragilização da proteção desses bens.

Encerrando a seção de artigos e dando sequência ao debate da colonialidade territorial e suas relações com a arquitetura e com os saberes populares, Gabriel Rodrigues da Cunha, professor do CAU UNILA e pesquisador do iDALE!, compartilha em seu artigo “**Assistência técnica habitacional com técnicas construtivas não convencionais: proposta de adequação socio-técnica para o enfrentamento da colonialidade tecnocientífica**”, sua experiência acadêmica extensionista junto às comunidades periféricas de Foz do Iguaçu, no Paraná. Ali, ensaia novas relações de produção e salienta-nos a urgência da democratização tecnológica como ferramenta para qualquer processo de transformação da ordem social. Seu texto argumenta que as práticas e as relações de dominação a que estão submetidas especialmente as comunidades periféricas estão também arraigadas nos processos tecnológicos, de tal sorte que a modernidade/colonialidade construtiva impõe-se mesmo em experiências contra-hegemônicas – como é o caso da produção autogerida da moradia verificada no Uruguai, no Brasil e na Argentina. As perguntas que o autor faz são: como em territórios de esperança como estes o debate acerca das opções tecnológicas muitas vezes sequer é colocado? Qual o motivo da naturalização das opções tecnológicas hegemônicas? A explicação adviria do determinismo tecnológico próprio da modernidade, que apresenta sob a égide de uma perspectiva evolucionista as práticas tecnológicas que sobrepujam outras opções. Do mesmo modo que a colonialidade visual abordada por Barriandos, León e Schlenker, a matriz tecnológica eurocêntrica ou, nos termos do autor, a “colonialidade tecnocientífica”, também foi imposta em territórios além-mar já nos primeiros momentos da colonização, iniciando também um epistemicídio dos saberes construtivos que ressoam até hoje. Ao longo de seu artigo, Cunha mantém diálogo com o conceito de



colonialidade territorial apresentado pelo arquiteto cubano Yasser Farrés Delgado, professor da Universidade de São Tomás, na Colômbia, e por Alberto Matarán Ruiz, docente da Universidade de Granada, na Espanha, desenhando paralelismos no campo da tecnologia construtiva.

Dando início à seção **“Ensaaios”**, Oswaldo Freitez Carrillo, mestrando do PPG-AU/UFBA e pesquisador do ¡DALE!, em **“Desenhando com o subalterno”** opera no campo do desenho – mais especificamente, da representação gráfica em arquitetura nos contextos de projeção. No ensaio traduzido por Leo Name, ele compartilha um tema que vem dedicando-se desde seu período como graduando: a necessidade de desenhar com e para o subalterno. Trata-se de um ensaio de “transdesenho”, em analogia ao conceito de transmodernidade proposto por Enrique Dussel: uma proposta visual para além da colonialidade visual moderna. Ou, se assim desejarmos, uma aproximação oportuna com Arturo Escobar em seu livro *Autonomía y diseño*, acerca da teoria e da prática do *“diseño”* (vocábulo de difícil tradução na língua portuguesa) e suas potencialidades para as transições culturais e sociais da contemporaneidade. A proposta visual de Freitez Carrillo tem também como referências a análise do sistema semasiográfico nos códices mixtecas feita pela historiadora estadunidense Elizabeth Hill Boone e o trabalho da arquiteta brasileira Adriana Caúla a respeito de “tipias urbanas”. Freitez Carrillo visa, com isso, a uma gramática-outra da visualidade, afeita à acessibilidade – isto é, que propicie o entendimento da representação em projetos de arquitetura não somente por parte de quem projeta, mas também por quem usa a arquitetura e por quem a constrói. Para além deste interessante ensaio, cumpre esclarecer, além disso, que os dois números da *Revista Epistemologias do Sul* concernentes ao “Dossiê Giro Decolonial” tiveram o projeto de design levado a cabo por Freitez Carrillo.

Em sequência, Fran Rebelatto, professora do curso de Cinema e Audiovisual da UNILA, apresenta o ensaio fotográfico **“Gritos em muros e em marcha no Chile”**. A lente de Rebelatto realiza uma importante desconstrução do olhar comumente direcionado às cidades – e, conseqüentemente, de suas representações. Tomadas em fevereiro de 2020, quando ela marchou ao lado de milhares de jovens, mulheres e outros cidadãos descontentes com as contradições das políticas neoliberais daquele país, suas fotografias miram o que nesses dias de protesto escrevia-se nos muros das cidades de Valparaíso e Santiago. É importante dizer, além disso, que ao longo do presente e do próximo número da *Revista Epistemologias do Sul*, todos os artigos contêm uma ou duas folhas de rosto, logo após o título, a autoria e os resumos, com outras fotografias capturadas pela lente viajante de Rebelatto em diferentes lugares da América Latina e do Caribe: cenas urbanas cotidianas, multidões, vestimentas e artefatos compõem uma visualidade que parece tentar se aproximar dos grupos subalternizados e, ao mesmo tempo, fugir dos estereótipos mais usuais a respeito da região.

Isaac Palma, mestre em Antropologia pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e pesquisador do ¡DALE!, abre a seção de **“Resenhas”** e mais abertamente dialoga com a questão das alteridades em sua análise do livro **“As cores da masculinidade: experiências interseccionais e práticas de poder na Nossa América”**, de Mara Viveros Vígoya, professora de Antropologia da Escola de Estudos de Gênero da Universidade Nacional da Colômbia (UNC). Julgamos oportuna esta revisão das masculinidades num contexto político como o nosso, marcado pelo aumento do feminicídio doméstico e pelo retrocesso das conquistas feministas, a exemplo do Projeto de Lei 1.256/2019, que revoga a reserva de 30% de vagas a mulheres nas candidaturas proporcionais. Partindo dos estudos feministas, Viveros Vígoya contribui, segundo Palma, para a desconstrução das opressões, pois o posicionamento explícito e parcial da autora “advoga por uma desnaturalização das características opressoras das masculinidades vigentes”. Não basta indagar às masculinidades, é preciso colocá-las em questão a partir de uma estrutura relacional de gênero da qual fazem parte. Partindo do contexto colombiano, a pesquisadora analisa como



os custos e os benefícios das masculinidades são desigualmente distribuídos: homens negros e indígenas vivem ou acessam a masculinidade de maneira desigual: “a violência, a incivilidade, o erotismo e o apetite sexual exagerado (por exemplo) fazem parte das histórias contadas repetidas vezes sobre os corpos masculinos negros”. Essas histórias naturalizam-se e, muitas vezes, materializam-se em seus corpos, projetando de forma suficientemente capaz possibilidades definidas de habitar a masculinidade. Desta forma, há um evidente paralelo entre a mirada de Viveros Vigoya e Frantz Fanon a respeito da forma como os corpos negros são fixados pelo olhar branco – “um modelo centrado na pele”. Mas a autora avança em relação ao martiniquense no sentido de que não são apenas os olhares brancos quem definem as masculinidades negras, mas também a forma como estes homens concebem discursos a partir de seu próprio corpo, o que ela chamará de um modelo de construção da masculinidade negra “centrado na carne”. A própria existência da autora como mulher que analisa a masculinidade, com a honestidade de se posicionar perante o assunto estudado é, segundo Palma, “uma importante contribuição para os estudos antropológicos e um confronto aos resquícios de um cientificismo eurocêntrico, masculino, heteronormativo e branco”.

Finaliza a seção “Resenhas” e esta primeira parte do “Dossiê Giro Decolonial” um comentário ao livro **“Un mundo ch’ixi es posible”**, de Silvia Rivera Cusicanqui, professora da Universidade Mayor de San Andrés (UMSA). Patrícia Lânes, pós-doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e pesquisadora do ¡DALE!, estimula-nos a pensar a identidade (tendo em conta o Brasil na América Latina e as “identidades *ch’ixi*”) e como esta também, tão em voga nos tempos atuais, tem sido fetichizada – inúmeras vezes revelando a persistência de ideias e práticas coloniais. Isso porque a colonialidade igualmente traz uma ideia de mestiço, pela via do racismo: uma forma específica de espacializar, um meio essencialista moderno e multicultural de identidade, como “questão de minorias”, como território étnico cercado por fronteiras com uma correspondente expressão visual, emblematizada em símbolos e signos corporais. Esta visualidade racial tem uma origem muito antiga (segundo Aníbal Quijano, a partir da conquista da América, a modernidade/colonialidade funda-se na imposição de uma classificação racial/étnica). Nesta resenha, Lânes destaca a grande contribuição de Cusicanqui, bem como a relevância do pensamento aimará para as epistemologias subalternas, ressaltando como o conhecimento de outras epistemologias dialoga com a construção de distintas formas de pensar e viver em sociedade. Além disso, enfatiza a lacuna entre as palavras e os atos (uma das principais características das sociedades coloniais que reverbera ainda nos dias de hoje), tema que dá unicidade a obra de Cusicanqui.

Em conclusão, gostaríamos de destacar a importância destes textos em português – língua menos frequente nos escritos decoloniais – em um momento no qual o “decolonial” torna-se crescentemente um termo acionado nos debates acadêmicos, muitas vezes sem o devido aprofundamento. Esperamos que esta primeira e também a segunda parte do Dossiê Giro Decolonial que com tanto afeto e empenho organizamos, contribua para não só o fortalecimento, mas mais que tudo, o esclarecimento dos importantes pontos desta abordagem que desde meados da década de 1990 vem tensionando a academia.

Boa leitura!